



DIA DA AMAZÔNIA

Região está longe de ser prioridade

Questões que envolvem o bioma — como violações ambientais, invasão de terras indígenas e presença de organizações criminosas — são deixadas de lado no debate eleitoral. Especialistas defendem ação coordenada

» TAINÁ ANDRADE

Na data em que se celebrou o Dia da Amazônia, pouco há a comemorar. O avanço da devastação, os crimes ambientais, os seguidos registros de queimadas, o avanço da pedração sobre as terras indígenas demarcadas e crimes que chocam a o país e a comunidade internacional — como o assassinato do indigenista Bruno de Araújo Pereira e do jornalista Dom Phillips, em junho passado —, mostram que uma região rica em biodiversidade e em recursos naturais tem sido tratada com menos atenção do que merece.

Na atual corrida presidencial, os candidatos tangenciam propostas para a Amazônia. Ontem, na data que celebrou a região, dos quatro mais bem colocados nas pesquisas de intenção de votos, apenas o presidente Jair Bolsonaro (PL) não fez qualquer menção em suas redes sociais. Nos programas de cada um dos presidentes, o bioma é tratado periféricamente.

No site do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a única menção à data foi uma matéria sobre as “curiosidades da maior floresta tropical do mundo e ações que unem preservação e desenvolvimento”. A pasta destaca que, em 2021, verba suplementar de R\$ 270 milhões para reforçar a fiscalização ambiental e que há um acréscimo anual de recursos — por volta de R\$ 72 milhões — para contratações de servidores para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Uma análise do Instituto de Estudos Socioambientais (Inesc) demonstra que o orçamento da União para o MMA, em 2023, é o menor em 10 anos. O governo prevê R\$ 2,96 bilhões para a pasta repassar a todos os órgãos que a compõem. A pasta, porém, suprimiu R\$ 12 milhões do programa

Christian Braga/Greenpeace



Inpe constatou, em agosto, 45 mil focos de incêndio, o maior registro desde 2010. Ações de fiscalização e prevenção têm orçamentos reduzidos

do Ibama para “Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias” e R\$ 10 milhões da ação de “Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais”.

Devastação

No mês passado, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) registrou 45 mil focos de incêndio na região, o maior número desde 2010. Além disso, a perda líquida de floresta chega a 44 milhões de hectares, ou seja, menos 12% de área. Há, ainda, a diminuição do volume de água: em 20 anos, a Amazônia perdeu 14,5% da superfície molhada.

Os presidentes também não têm enfatizado a violência na Amazônia. Os últimos dados fornecidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) mostram que 13 das 30 cidades mais violentas do país estão na Amazônia Legal — uma violência 38% maior que a média nacional. Sarney Filho, secretário do Meio Ambiente no Distrito Federal e ex-ministro da área nos governos Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer, avalia que o enfrentamento da violência na região deve ser tratado como prioridade de Estado.

“Grupos criminosos de São Paulo e do Rio de Janeiro operam na Amazônia. Eu acho que isso deve ser dado no primeiro dia,

no primeiro momento do governo”, cobrou.

Suely Araújo, ex-presidente do Ibama e especialista sênior em políticas públicas do Observatório do Clima afirma que, atualmente, as operações de preservação têm sido comandadas pelas Forças Armadas — o que, para ela, é um erro. “O governo atual acha que o controle do desmatamento se faz enviando militar para a floresta. Fiscalização ambiental envolve muita preparação técnica antes de ir a campo e quem sabe fazer isso são os órgãos ambientais. Militares podem ajudar, mas a concepção das operações tem que estar com o Ibama e com o ICMBio”, ensina.



Fiscalização ambiental envolve preparação e quem sabe fazer isso são os órgãos ambientais. Militares podem ajudar, mas a concepção tem que estar com o Ibama e com o ICMBio

Suely Araujo,
ex-presidente do Ibama

PESQUISA

Brasileiro adora Portugal; português evita Brasil

» VICENTE NUNES
Correspondente

Lisboa — Os brasileiros, em sua maioria, veem Portugal como um país de oportunidades para quem quer melhorar de vida, mas, entre os portugueses, a visão é de que o Brasil é um péssimo lugar para viver. É o que mostra pesquisa sobre como os dois povos avaliam o bicentenário da independência, realizada pelo Ipspe em parceria com o Fórum de Integração Brasil Europa (Fibe) e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Pelo levantamento, 84% dos brasileiros dizem que Portugal é um país bom ou muito bom para morar. Já 64% dos portugueses ressaltam que o Brasil é um lugar ruim ou muito ruim para se fixar residência, sobretudo, por causa da violência.

A pesquisa aponta que 51% dos brasileiros e 50% dos portugueses não têm conhecimento sobre a independência do Brasil de Portugal, decretada em 7 de

setembro de 1822. Para Antonio Lavareda, responsável pelo levantamento, não há, entre os governos dos dois países, empenho para informar a população sobre evento tão relevante.

Ele destaca, ainda, que, no caso do Brasil, mais recentemente, há um problema adicional: o governo de Jair Bolsonaro se apoderou politicamente do 7 de Setembro, distorcendo o real sentido da data. “Tanto que, neste ano, não se fala nada sobre o Bicentenário da Independência, e, sim, de um ato de apoio ao presidente”, explica.

Sobre a péssima visão que os portugueses têm do Brasil, Lavareda ressalta que a pesquisa mostra um maior conhecimento desse grupo em relação à realidade do país. Enquanto 69% dos brasileiros dizem ter um bom nível de informação sobre Portugal, 81% dos patrícios entrevistados enfatizam estar inteirados sobre o que ocorre do outro lado do Atlântico.

“As notícias sobre o Brasil veiculadas em Portugal não são as

melhores, o que consolida uma imagem negativa”, diz. No caso da visão positiva de Portugal entre os brasileiros, há o imaginário de que a população vive em condições muito boas. “Enfim, são retratos do momento atual dos dois países”, frisa Lavareda.

Ele lembra que nem sempre foi assim. Até o início dos anos de 1980, Portugal era um país pobre, com parcela significativa da população analfabeta. A virada se deu após a entrada na União Europeia, que passou a despejar muito dinheiro em todas as nações integrantes do bloco. Isso permitiu um avanço espetacular de Portugal, especialmente na educação e na economia.

Atualmente, o país europeu se ressentia, como o Brasil, da alta da inflação e de sérias deficiências nos serviços públicos. Nem por isso, porém, os brasileiros deixam de ver Portugal como um Eldorado. Mais de 250 mil cidadãos oriundos do Brasil vivem em terras lusitanas oficialmente.

Eduardo Tristao Giraó/EM/D.A Press



Para brasileiros, viver em Portugal representa ter qualidade de vida

LAQUEADURA

Idade para procedimento agora desce para 21 anos

O presidente Jair Bolsonaro sancionou, ontem, uma lei que reduz para 21 anos a idade mínima para pessoas com um ou nenhum filho vivo optarem pela esterilização. A nova norma também permite a realização da laqueadura de trompas e da vasectomia sem a autorização prévia do cônjuge — retirando um trecho de uma lei de 1996.

A nova determinação permite, também, que o procedimento seja feito logo após o parto. Antes, era exigido que a pessoa tivesse ao menos dois filhos vivos ou mais de 25 anos, além da autorização do cônjuge e o prazo de 42 dias após dar à luz ou passar por um aborto espontâneo.

A mudança é oriunda de um projeto de lei da deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC), aprovado na Câmara, em março, e no Senado, em agosto. De número 14.443/22, a nova norma altera a Lei de Planejamento Familiar e entrará em vigor em 180 dias, no primeiro semestre de 2023.

A relatora do PL no Senado, Nilda Gondim (MDB-PB), destacou a elevada efetividade da esterilização cirúrgica como método contraceptivo permanente. Quanto à redução de idade para o procedimento, ela avaliou que o Sistema Único de Saúde (SUS) está plenamente apto para fornecer informações adequadas para a tomada de decisões conscientes.

“A aprovação do projeto fará com que a legislação do Brasil esteja em consonância com a de países como Canadá, França, Alemanha, Argentina e Colômbia, que, no caso de pessoas capazes, vedam a esterilização apenas de menores de idade”, observou no relatório que elaborou para o PL.

Para Nilda, a permissão para laqueadura durante o parto vai aumentar o acesso ao método e evitar que a mulher se submetesse a duas internações, o que reduz os riscos de complicações cirúrgicas e a taxa de ocupação de leitos hospitalares.

Intervalo

O novo texto manteve o intervalo mínimo de 60 dias entre a solicitação e a realização do procedimento. Além disso, durante o período, prevê a realização de atividades para desestimular a realização do procedimento, nas quais “será propiciado à pessoa interessada acesso a serviço de regulação da fecundidade, inclusive aconselhamento por equipe multidisciplinar, com vistas a desencorajar a esterilização precoce”, segundo descreve a lei.

A laqueadura é um procedimento de esterilização feito de forma cirúrgica. No procedimento, é feita a obstrução das tubas uterinas, impedindo o processo de fecundação.

Para a realização do procedimento, que pode ser por diferentes vias, como abdominal ou vaginal, é necessária uma anestesia. Em geral, as trompas são cortadas, amarradas, cauterizadas, obstruídas ou fechadas com grampos e anéis.

Já a vasectomia, que é o correspondente masculino do mesmo procedimento feminino, é uma cirurgia que interrompe o vaso deferente. Dessa forma, impede que o espermatozoide chegue até a uretra e seja eliminado na ejaculação.

Tanto a laqueadura quanto a vasectomia são procedimentos de esterilização amplamente requisitados por mulheres que não desejam mais engravidar e por homem que não querem mais ter filhos.